



O Massacre de Manguinhos: segurança, desenvolvimento e o campo científico da saúde na ditadura civil-militar (1964-1973)

Matheus Santos Santana¹

I. Introdução

O presente texto busca tratar de parte dos eventos transcorridos nas ciências da saúde do Brasil a partir 1964, tendo como enfoque principal as áreas de pesquisa biológica estratégica, produção farmacológica e de vacinas. Tais campos, historicamente relevantes para a consolidação da ocupação do interior do território nacional², foram atingidos por importantes reordenamentos de suas pesquisas em decorrência das ascendentes diretrizes científicas e tecnológicas impostas pelo governo militar. A derrubada de João Goulart inaugurou novos tempos não apenas no âmbito político da vida brasileira, tendo as frações da classe dirigente vitoriosas após o golpe civil-militar iniciado um plano de mudança na política de saúde pública e produção soroterápica a partir de 1964. Desde tal período é possível perceber a ascensão de um discurso que buscava considerar a eliminação das grandes doenças de massa como etapa necessária para a superação da condição de subdesenvolvimento do país, variável que influenciou no surgimento das primeiras campanhas nacionais de vacinação na segunda metade dos anos 1960. Todavia, tal política ocasionou um notável aumento na demanda de medicamentos por parte do governo militar, fato que acabou por gerar profundas transformações em alguns dos principais órgãos na área de medicina experimental e saúde do Brasil.

É nesse cenário que podemos enquadrar um episódio pouco explorado da história científica brasileira, o *Massacre de Manguinhos*, evento ocorrido no Instituto Oswaldo Cruz em 1º de abril de 1970 e caracterizado pelo súbito fechamento de produtivos

1 Bacharel e licenciado em História pela UFF. Mestrando no Programa de Economia Política Internacional da UFRJ. Email: profmatheussantana@gmail.com

2 Conferir a importância da medicina experimental e da farmacologia para o combate das doenças de massa presentes no interior do Brasil ao longo do século XX. IN: BENCHIMOL, J.L & SILVA, A.F.C. *Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República*. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, Vol. 15, Rio de Janeiro, julho-setembro de 2008.

laboratórios de pesquisa básica, a destruição de importantes coleções entomológicas³ e zoológicas, além da aposentadoria compulsória de dez dos mais renomados cientistas do órgão. Ao mesmo tempo foi perceptível a intensificação dos investimentos na infraestrutura e aparato técnico necessário à produção de fármacos e medicamentos no IOC, tendo tal incentivo ganhado cada vez mais espaço desde o citado evento e se consolidado como principal caráter do instituto a partir 1973, data que marca a criação do Plano Nacional de Imunizações pelo governo militar.

Preterido em considerável medida pela historiografia do assunto, o “Massacre de Manguinhos” ainda carrega nos dias atuais uma névoa de mistério em relação às suas motivações, tendo tal evento sido abordado até o momento com perspectivas que privilegiam questões de âmbito interno ao Instituto Oswaldo Cruz. Apesar de sua relevância é possível afirmar que o ponto de vista destes estudos acaba por esvaziar parcialmente a importância da conjuntura política e econômica da época e das mudanças decorrentes da ascensão de uma nova correlação de forças no comando do país a partir do golpe de 1964. Portanto, é objetivo do presente trabalho resgatar tais pressupostos a fim de colaborar com uma compreensão mais ampla de tal evento, já que é possível constatar que o mesmo não foi explorado em sua completude pela historiografia especializada.

Desta forma, este estudo busca levantar alguns dos principais interesses políticos e econômicos que influenciaram no ocorrido, sendo o “Massacre de Manguinhos” encarado na presente pesquisa como um processo ocasionado pelo crescimento dos investimentos do governo militar na produção de vacinas e medicamentos. Tal postura visava atender as demandas do novo modelo de saúde coletiva surgido a partir da derrubada de João Goulart, e que devido aos novos objetivos políticos e econômicos do regime acabava por privilegiar o incentivo à ciência aplicada, em detrimento da pesquisa básica em saúde desenvolvida em instituições como o Instituto Oswaldo Cruz. Todavia, com intuito de clarificar os fundamentos que sustentam a presente hipótese será feito a seguir um breve levantamento teórico e factual, a fim de se retomar a conjuntura política, econômica e sanitária anterior ao evento e compreender os elementos exteriores ao IOC que influenciaram na ocorrência do “Massacre de Manguinhos”.

3 Entomologia é a ciência que estuda os insetos.

II. Crônica de uma morte planejada

Mesmo passados mais de cinquenta anos após sua ascensão, a ditadura civil-militar iniciada em 1964 ainda hoje suscita calorosos debates quanto ao caráter autoritário e modernizador de sua política econômica. Apesar do anticomunismo e do apelo idealizado aos valores democráticos e ocidentais constituírem o principal amálgama que possibilitou a derrubada de João Goulart, é necessário lembrar que a heterogênea base social apoiadora do golpe progressivamente se fraturou devido aos interesses adversos entre seus grupos dominantes. A ausência de um discurso capaz de aglutinar as diversas frações de suas elites impossibilitou um direcionamento claro quanto ao projeto político e econômico a ser implantado após a vitória do movimento de 31 de março, tendo autores como Alfred Stepan⁴, Maria Helena Moreira Alves⁵, Octávio Ianni⁶ e Pedro Campos⁷ destacado a falta de coesão entre as frações da classe dominante do país no período.

À revelia de tais fraturas, que acabaram se tornando mais perceptíveis a partir dos últimos anos da década de 1960, pode-se dizer que um dos principais objetivos dos grupos vencedores imediatamente após o golpe era a eliminação das figuras e lideranças associadas à causa de Goulart⁸. Tal repressão às oposições teve caráter irrestrito, não se limitando somente aos partidos de esquerda, mas atingindo também organizações camponesas, sindicatos e universidades em todo o país. O intuito de libertar o Brasil de uma suposta ameaça comunista e o interesse em modificar os rumos da economia, deficitária e inflacionada desde o fim do governo Kubitschek, legitimaram a referida perseguição, tendo milhares de cidadãos sido presos, cassados ou impedidos de exercer função pública após o golpe.

⁴ STEPAN, Alfred. *Os militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

⁵ ALVES, Maria Helena .M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

⁶ IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

⁷ CAMPOS, Pedro H.P. *“Estranhas Catedrais” : As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUFF, 2015.

⁸ Cf. Operação Limpeza IN: ALVES, Maria Helena M. pp.56-79.

No âmbito acadêmico tal expurgo se procedeu na mesma medida, tendo inúmeros docentes e discentes das universidades e centros de ciência do Brasil sofrido com a tenaz repressão dos chefes militares e de seus interventores do governo nas universidades e centros de ciência. O cenário de radicalismo construído ao longo do período João Goulart polarizou também a intelectualidade, acirrando os ânimos dos debates políticos entre os professores, sendo que em algumas situações, como destacou Rodrigo Patto de Sá Motta, “*as disputas politico-ideológicas se combinaram com conflitos internos às instituições mobilizando também interesses pessoais*”⁹. Sendo assim, é possível entender como as divergências ideológicas acabaram por influenciar na perseguição dos cientistas e professores de ensino superior ao longo de todo o ano de 1964.

É importante refletir que tal perseguição teve a funcionalidade de reordenar a estrutura científica e acadêmica do Brasil, adequando a mesma aos objetivos desenvolvimentistas prezados pelos grupos militares no poder no período. Em meados da década de 1960, apesar das inúmeras divergências entre a direita e a esquerda, era praticamente consenso no debate político a necessidade de modernização das estruturas econômicas e administrativas, a fim de se garantir o desenvolvimento econômico do país e a consolidação da ordem democrática. Influenciadas pelas teorias da modernização¹⁰ desenvolvidas pela sociologia norte-americana dos anos 1950 e, em parte, pelo estruturalismo cepalino¹¹, correntes dos mais variados matizes, como conservadores, liberais e nacionalistas autoritários enxergavam no governo militar a possibilidade de consolidação dos seus interesses modernizadores de maneira

⁹ MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014. p.35.

¹⁰ Para certos teóricos americanos de linha democrata, a modernização nos países pobres deveria ir além do progresso econômico e do desenvolvimento, implicando também mudanças políticas e culturais que trouxessem em seu bojo a democracia característica da verdadeira modernidade. (...) Tratava-se de forjar uma mística, uma ideologia que competisse com os projetos revolucionários, principalmente o marxismo. (...) Alguns intelectuais formuladores da política externa americana passaram a ver nos militares agentes talhados para modernizar as sociedades periféricas, ainda que à custa de retardar o advento da democracia. In: MOTTA, Rodrigo P. Sá. *IBID.* p.10.

¹¹ RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

tutelada, ordeira e avessa à ascensão das esquerdas. Como destacou Motta em relação à associação entre desenvolvimento e conservadorismo:

O desejo modernizador implicava desenvolvimento econômico e tecnológico, e, com isso, aumento de contatos com o exterior e de mobilidade das pessoas, além de expansão industrial e mecanização agrícola, o que levava ao crescimento da urbanização e do operariado fabril, gerando potenciais tensões e instabilidade nas relações sociais e de trabalho. (...) O influxo conservador fomentou políticas repressivas, voltadas para a eliminação ou contenção dos inimigos da ordem. (...) Por outro lado, se levado às últimas consequências, o programa conservador oporia obstáculos à modernização, pois o expurgo de todos os 'suspeitos' e 'indesejáveis', grupo bem representado na elite universitária do país, significaria perda de quadros fundamentais para o projeto modernizante.¹²

É neste conturbado contexto que retomamos o exemplo do “Massacre de Manguinhos”, evento ocorrido no Instituto Oswaldo Cruz em 1970 e divulgado em considerável medida nos jornais e veículos de comunicação do período¹³. É possível afirmar que a destruição das pesquisas e laboratórios do órgão é um momento de grave prejuízo para toda a medicina experimental e saúde pública do Brasil, visto a reconhecida expoência internacional adquirida pelo IOC e pelo conjunto de seus pesquisadores desde princípios do século XX¹⁴. Até hoje pouco conhecido para o público geral, o referido episódio ainda levanta dúvidas acerca de suas reais motivações, tendo os registros bibliográficos sobre o processo

¹² MOTTA, Rodrigo P. Sá. IBID. p.289.

¹³ “Este consagrado Instituto de Pesquisa médica deve voltar à sua finalidade superior de pesquisa pura, e deixar de ser a ‘fábrica de vainas do Governo’. Tem que ser o centro científico para o qual o gênio de Oswaldo Cruz o projetou, e não um estabelecimento oficial em que tantos ilustres cientistas se estiolam, sem recursos, e assistem, impotentes, a todos os titulares, que pelo Ministério da Saúde já passaram, destruir o único centro médico de pesquisa científica de renome no mundo científico, teimando ou não que o estão matando ou transformando em uma ‘quitanda’”. FUNDÃO, *Jornal Brasileiro de Medicina*, edição de maio, 1966. apud: LENT, Herman. *O Massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro, Avenir Editora, 1978. Conferir as entrevistas feitas pelo jornal *Correio da Manhã* com cientistas do Instituto Oswaldo Cruz em janeiro de 1965: Haity Moussatché (3/1/1965); Herman Lent (14/1/1965).

¹⁴ Sobre a história do Instituto Oswaldo Cruz, conferir: BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos do sonho à vida: A ciência na belle époque*. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1990.



sido feitos em duas oportunidades, por Herman Lent em 1978 e por Wanda Hamilton no ano de 1989.

Para a autora, o Massacre de Manguinhos seria uma consequência da paulatina integração do Instituto Oswaldo Cruz aos interesses práticos do Ministério da Saúde, que havia passado a ter controle do órgão desde 1953. Criado em 1899 com o objetivo de atender os interesses profiláticos do governo brasileiro devido ao surto de peste bubônica que se alastrava pelo porto de Santos, o então Instituto Soroterápico Federal foi paulatinamente adquirindo relativa autonomia. Esta era garantida, em suma, por sua intrínseca estrutura de produção de soros e vacinas, fator que também colaborou para a ampla liberdade e financiamento da pesquisa científica no instituto. Mesmo após sua transformação em Instituto Oswaldo Cruz, em 1908, o órgão prosseguiu possuindo uma notável independência, condição que passou a se alterar a partir da criação em 1930 do Ministério de Educação e Saúde.

Com a reforma implementada por Gustavo Capanema em 1937 tal ministério acabou por centralizar a gestão das respectivas áreas no setor público no país, o que fez com o IOC passasse para a esfera do Departamento Nacional de Educação, perdendo sua autonomia administrativa e financeira. O instituto também foi impedido de comercializar parte de seus biomedicamentos e fármacos, tornando-se dependente cada vez mais dos recursos vindos do governo e acirrando a disputa interna entre seus cientistas por verbas e financiamento de suas pesquisas. Apesar da liberdade para a comercialização de medicamentos ter sido restituída no IOC nos anos 1940, tal condição de dependência tendeu a se aprofundar, tanto pelo financiamento à pesquisa ter sido centralizado devido a criação do CNPq, em 1951, quanto pela esfera do instituto ser conferida ao Ministério da Saúde dois anos depois. Para Hamilton, a partir de então, *“a instituição passa a ser um órgão fundamental ao andamento das campanhas organizadas pelo governo e é praticamente obrigado a dedicar seu orçamento à produção de imunobiológicos para atender às demandas cada vez maiores do ministério”*¹⁵.

Já para Herman Lent, renomado zoólogo brasileiro da época e um dos dez cientistas cassados no evento, a origem do “Massacre de Manguinhos” não está ligada aos fatores

¹⁵ HAMILTON, WANDA. Massacre de Manguinhos: Crônica de uma morte anunciada. Rio de Janeiro: Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz. Nº1, Vol.1, Novembro de 1989. p.10.

políticos e de saúde pública governamentais, mas pela intensa rivalidade entre os setores de pesquisa básica e biologia aplicada no seio do instituto. Atribuído à rivalidade desenvolvida entre um conjunto de cientistas em relação ao diretor do IOC, Francisco de Paula Rocha Lagoa, a partir de junho de 1964, tal evento para Lent consistiu na perseguição à ciência pura e no não repasse de recursos e desincentivo à investigação, criando no órgão o sentimento de insegurança e perseguição por parte dos cientistas atingidos.

Até os dias de hoje a conjuntura do instituto e as rivalidades pessoais entre os cientistas permanecem como as principais justificativas para o episódio, sendo parcialmente desconsiderado nas análises um elemento essencial: o projeto político da ditadura para a área da saúde. A partir de 1964 é possível se perceber o crescimento do interesse do governo militar pela fabricação de soros e vacinas nas instituições e centros científicos de saúde pública, a fim de se cumprir as novas metas de imunização da população e de eliminação de doenças que atingiam o país até então. A conhecida “Doutrina de Segurança Nacional”, desenvolvida pela Escola Superior de Guerra desde princípios dos anos 1950, incluía o combate às grandes epidemias como uma etapa estratégica fundamental para a estabilidade sanitária, produtiva e econômica do país, sendo a produção de medicamentos encarada com um meio necessário para o alcance de tal objetivo.

Sobre o assunto, é importante retomar as reflexões presentes na obra *Estado e oposição no Brasil: 1964-1984*, em que a autora Maria Helena Moreira Alves considerou a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento (DSND) como a “*necessária justificação ideológica da tomada do Estado e da modificação de suas estruturas*”¹⁶ a fim de garantir a viabilidade de um governo autoritário que pudesse conter as demandas sociais da classe trabalhadora e assegurar a continuidade da implantação do capitalismo industrial no país. Para a autora, o governo de João Goulart representou o ápice da defasagem entre as aspirações das massas populares e os objetivos econômicos das classes dominantes, tendo estas passado a se organizar paulatinamente ao longo do início dos anos 1960 à medida que perceberam o aumento dos níveis de frustração das camadas desfavorecidas.

16 ALVES, M.H.M. IBID. p.24.

Com o intuito de reagirem a este tipo de crise que ameaçava todo o sistema econômico que frações da classe dominante acabaram por executar um papel fundamental na adoção de uma vertente autoritária de capitalismo no Brasil. Para Moreira Alves é em tal contexto que pode ser compreendida a ideologia da segurança nacional: “*um instrumento utilizado pelas classes dominantes, associadas ao capital estrangeiro, para justificar e legitimar a perpetuação por meios não-democráticos de um modelo altamente explorador de desenvolvimento dependente*”¹⁷. Inspirada na *War College*, escola de guerra das forças armadas norte-americanas, a Escola Superior de Guerra brasileira desde 1949 se encarregou de elaborar e aprimorar a sua chamada Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento, a fim de eliminar as bases das forças comunistas, consideradas a raiz da subversão e instabilidade interna, e garantir a viabilidade estratégica de seu projeto político, econômico e ideológico.

Nas palavras de Alfred Stepan dois fatores diferiam a ESG de sua vertente norte-americana: primordialmente os militares nacionais concediam maior atenção à possibilidade de ataque indireto da URSS através do apoio e financiamento das esquerdas locais, o chamado “inimigo interno”. Em segundo lugar, “*outra inovação brasileira foi converter a participação de civis num aspecto fundamental da Escola de Guerra*”¹⁸, tendo a frequência destes nas listas de graduados da ESG aumentado de 646 para 1276 entre os anos de 1950 e 1967¹⁹. Maria Helena Moreira Alves relembra que “*após o golpe, graduados da Escola vieram a ocupar muitos dos cargos importantes nas instituições políticas e econômicas brasileiras*”²⁰, sendo incluídos nos quadros discentes da instituição profissionais de diversas formações como engenheiros, economistas, advogados e médicos.

Com tal capital humano, a Doutrina de Segurança Nacional e Desenvolvimento acabou por ganhar matrizes e interpretações nos mais variados campos de estudo, tendo também as áreas da saúde pública e medicina experimental sido atreladas ao âmbito da

17 IBID. p.23.

18 STEPAN, Alfred. IBID. p.129.

19 *Manual básico da Escola Superior de Guerra*. Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, Departamento de Altos Estudos, 1976. p.19.

20 ALVES, Maria Helena M. Ibid. p.24.

doutrina. Para o General Golbery do Couto e Silva, militar professor da ESG e principal elaborador da DSND, a conjuntura geopolítica obrigava o Brasil a tomar partido e se integrar à aliança liderada pelos Estados Unidos na guerra fria, sendo necessário para tanto a mobilização dos recursos materiais e produtivos que assegurassem ao país as condições econômicas e sociais inerentes ao modo de vida ocidental. Desta forma, a eliminação de doenças de massa através da vacinação coletiva era considerada um importante mecanismo para a estabilidade sanitária e política brasileira.

A análise de monografias feitas por alunos graduados na Escola²¹ e dos artigos publicados nos ciclos de conferências organizados pela ADESG²² – Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – entre 1963 e 1970 demonstra que a questão do combate às doenças de massa era tema presente nas reuniões de acadêmicos ligados ao órgão. Sobre o tema da saúde pública, o médico e sanitarista Francisco de Paula Rocha Lagoa, aluno formado na turma 1963 do Curso Superior de Guerra da ESG, destacou:

“Segurança Nacional é o grau relativo de garantia que – através de ações políticas, econômicas, psico-sociais e militares – o Estado proporciona a Nação que jurisdiciona, em determinada época, para a consecução e manutenção dos Objetivos Nacionais Permanentes, em presença das Pressões Dominantes, reais ou potenciais, internas ou externas, capazes de ameaçar tais propósitos.

Surge a solução do problema das doenças de massa no Brasil, claramente ligado ao âmbito da Segurança Nacional, pois ele atinge diretamente o Bem-Estar e o Desenvolvimento do país, criando condições e pressões internas que dificultam o Desenvolvimento. Assim, qualquer política de Desenvolvimento que venha a ser realizada no Brasil, será influenciada e prejudicada pela quantidade e a intensidade das doenças de massas que grassam no país e que impedem a colaboração efetiva no trabalho de um grande contingente humano, que se não fosse afetado pelas mesmas poderiam ser grandemente úteis aos progresso e Desenvolvimento.

21 CF. LAGOA, F.P.R. *Estudar as doenças de massa no Brasil e, em face dos interesses da Segurança Nacional, sugerir medidas apropriadas para o seu combate*. Monografia apresentada para a conclusão do Curso Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, 1963. Identificação do documento: SG-0001284-5.

22 CF. LAGOA, F.P.R. *Uma estratégia para a saúde no Brasil*. Brasília, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, 1972. 33 p. (Ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento).

No caso brasileiro as doenças de massa existentes, acentuam ainda mais os graves desequilíbrios regionais e socio-econômicos existentes. Assim, surge a solução dos mesmos diretamente afetos a Segurança Nacional, pois há estreita interdependência entre as Políticas de Desenvolvimento e de Segurança.

Daí a necessidade de um plano urgente e de rápida execução para o combate e erradicação das Doenças de Massa do país, considerando os interesses de Desenvolvimento e Segurança Nacional”.²³

É interessante apontar a valia do trecho acima não apenas pelo mesmo evidenciar a intrínseca relação entre saúde pública e desenvolvimento para ESG, mas também porque o referido aluno da Escola, Francisco de Paula Rocha Lagoa, teve ampla ascensão na política brasileira após o golpe civil-militar. Lagoa foi nomeado diretor do Instituto Oswaldo Cruz em 1964 e considerado posteriormente o principal responsável pelo esvaziamento das pesquisas em ciência básica e o crescimento dos investimentos em produção soroterápica no órgão, o referido “Massacre de Manguinhos”. Tal fato ajuda a inferir que a estratégia nacional para o controle das doenças de massa, proposta de intervenção sanitária defendida pelo médico, era de considerável interesse para as frações de classe civis-militares que passaram a controlar o país a partir de 1964.

Após se graduar em medicina pela Faculdade Fluminense em 1940, Lagoa iniciou sua carreira como biologista nos Institutos Oswaldo Cruz e Ezequiel Dias no ano seguinte, permanecendo com baixo destaque em tal posição até o ano de 1963, quando fez o curso de representante do Ministério da Saúde na Escola Superior de Guerra – a ESG. Como destaca seu verbete biográfico no acervo do CPDOC/FGV²⁴, Rocha Lagoa teve ampla ascensão profissional a partir do ano seguinte, mesmo em que ocorreu o golpe civil-militar, tornando-se diretor do IOC e membro do conselho deliberativo do CNPq em 1964, além de representante do Brasil no XI Congresso Internacional da Estandartização Microbiológica de Milão, em 1968. Apesar dessa ascensão Lagoa era visto como um profissional de pouco brilhantismo por parte do corpo científico do IOC, não sendo difícil para Herman Lent afirmar que seu diretor

23 LAGOA, F.P.R. *Estudar as doenças de massa no Brasil e, em face dos interesses da Segurança Nacional, sugerir medidas apropriadas para o seu combate.* IBID. p.84.

24 Presente em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetes-biografico/rocha-de-paula-rocha-lagoa>. Acessado em 06/08/2017.

“não possuía as credenciais necessárias ao bom pesquisador, conceito que generalizaria a tal ponto que até os órgãos de segurança o rotulavam de ‘mau pesquisador e mau administrador’, embora salientando suas qualidades de ativo anticomunista”²⁵.

Em 30 de outubro de 1969 Francisco de Paula Rocha Lagoa foi nomeado ministro da saúde, permanecendo no cargo até junho de 1972 e sendo responsável durante seu mandato pela cassação dos dez cientistas envolvidos no Massacre de Manguinhos. O prestígio com alto escalão militar nos anos de chumbo e as conexões feitas nas diversas visitas oficiais às instituições científicas e governamentais norte-americanas até 1969 deram, de fato, à Lagoa a capacidade de impor sua força na administração do Instituto Oswaldo Cruz, como justificou Lent em 1978:

“Com esse respaldo a seus objetivos obscurantistas, a pressão exercida sobre a pesquisa no Instituto foi sendo imposta acentuadamente. O novo diretor discriminava, agredindo os que não lhe eram simpáticos, não proporcionando recursos para a pesquisa, impedindo que os auxílios já obtidos (Fundação Ford, Fundação Rockefeller, National Institutes of Health, etc.) fossem diretamente entregues, querendo ele próprio se constituir em selecionador e distribuidor”²⁶.

Tais considerações notabilizam o grande impacto que os atos de Lagoa tiveram para a pesquisa em ciência básica do IOC, sendo possível inferir que perante a relevância científica do instituto para o campo da saúde no Brasil dificilmente tais deliberações poderiam se restringir somente ao seu contexto interno, destacando-se assim os interesses econômicos e políticos do regime militar e o cenário dos debates e metas nacionais e regionais em relação à área da saúde e da erradicação de doenças no período. Apesar de concordarmos com as conclusões de Hamilton e Lent acerca da importância da integração do IOC ao ministério da saúde e sobre a relevância das rivalidades internas entre os cientistas do instituto, respectivamente, entendemos haver nuances e motivações ainda não abordadas em relação à história do “massacre”. Tais nuances se baseiam tanto na relação estratégica que a área da saúde tinha para a ditadura militar, sendo integrada ao lema de *Segurança e Desenvolvimento* defendido pela ESG, quanto pela influência que esta corrente da cúpula militar teve em

²⁵ LENT, Herman. IBID. p.20.

²⁶ Idem. p. 24.



relação ao comando do instituto entre 1964 e 1969, através da nomeação de seu ex-aluno Rocha Lagoa para o cargo de diretor.

III. Armas, cérebros e fármacos: as políticas de saúde após 1964

A partir destes novos indícios podemos entender o Massacre de Manguinhos como um desdobramento do incentivo à tecnologia aplicada por parte dos núcleos militares no poder entre 1964 e 1970²⁷, em detrimento do investimento em ciência básica. Apesar da relevância do argumento de Hamilton, que considera o episódio como fruto da paulatina integração do Instituto Oswaldo Cruz aos interesses do Ministério da Saúde, é necessário se ponderar também as relações políticas e econômicas do período, na qual a ciência, tecnologia e saúde eram vistos em um caráter prático. No caso específico das ciências da saúde tal tendência se encarnou no incentivo à produção farmacológica e de medicamentos, esvaziando assim o financiamento e o desenvolvimento de linhas de pesquisa biológica consideradas “puras”, mas desnecessárias aos interesses de curto prazo do regime civil-militar. Mesmo diferindo entre si, sendo os “*liberais internacionalistas*” da ESG e os “*nacionalistas autoritários*” os mais destacáveis no período²⁸, tais grupos demonstram uma relativa concordância no que se refere à eliminação das doenças epidêmicas e a produção farmacológica como preceitos necessários ao desenvolvimento do Estado brasileiro, sendo o esvaziamento das pesquisas básicas no IOC fruto de tais interesses sob o ponto de vista do presente estudo.

²⁷ “No que toca à pesquisa científica, outro tema importante nos debates do início do regime militar foi a defesa de gastos orientados para o desenvolvimento tecnológico, em prejuízo da ciência pura, considerada por muitos um “luxo” em vista das condições do país. Esse assunto iria gerar muitas polêmicas entre as organizações científicas (principalmente a Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência – SBPC) e os técnicos do governo nos anos seguintes. Havia funcionários da área econômicas céticos quanto aos gastos com pesquisa científica, considerando mais racional manter o arranjo em vigor, no qual as empresas multinacionais traziam do exterior a tecnologia necessária para suas fábricas. O poderoso ministro do Planejamento, Roberto Campos, partilhava a opinião de que a formação de técnicos era o principal papel das universidades”. Motta, Rodrigo P. IBID. p.72.

²⁸ Cf. *Os militares como Instituição Vs. Os Militares como Governo*. IN: STEPAN, Alfred. IBID. pp.184-192.

O tempo de experiência no instituto e a proximidade teórica e ideológica com a cúpula militar da ESG tornaram Rocha Lagoa figura fundamental para um reordenamento favorável aos investimentos em tecnologias e ciência aplicada no IOC, a fim de alcançar a recuperação econômica nacional após a crise da primeira década dos anos 1960. Seguindo os interesses advogados pela doutrina de *Segurança e Desenvolvimento*, utilizada pelo governo de Castello Branco, a diretoria de Lagoa passou a implantar uma estratégia de foco produtivista no instituto, dando preferência ao preparo dos soros e vacinas utilizados no combate aos principais surtos epidêmicos que atingiam o país no período.

Apesar das amarras fiscais impostas pela gestão econômica do governo de Castello Branco, foram notáveis os investimentos na produção soroterápica no IOC nos primeiros anos da diretoria de Lagoa, tendo a vacina contra a febre amarela passado de 2.774.000 para a marca dos 10.375.000 doses e a antiofídica de 3.059.000 para 12.246.000 doses entre os anos de 1964 e 1966²⁹. A produção farmacológica do órgão continuou se desenvolvendo nos anos seguintes a fim de atender a grande demanda de medicamentos por parte dos governos militares, sobretudo a partir da criação de diversas iniciativas nacionais de combate à doenças como febre amarela, malária, sarampo e poliomielite entre 1966 e 1971, tendo sido extinta a varíola no Brasil neste último ano. A criação da Central de Medicamentos - a CEME - órgão responsável pelo planejamento do sistema de produção de imunobiológicos e finalmente a proposta do Programa Nacional de Imunizações, em 1973, cada vez mais direcionaram a instituição para o caminho da ciência aplicada, arrefecendo assim o modelo defendido por Oswaldo Cruz em 1907, no chamado Instituto de Patologia Experimental.

É interessante ressaltar que apesar dos influxos políticos entre os grupos militares em fins dos anos 1960, sobretudo a partir de 1967, o enfoque produtivista em Manguinhos não tendeu a cessar. Tal fato acaba por nos ajudar a compreender como o panorama dos debates das políticas de saúde sob uma perspectiva tradicional acaba por esvaziar parcialmente os interesses político e econômicos dos governos e das classes dominantes em determinadas conjunturas. Parte da pesquisa especializada no assunto costuma afirmar que as décadas de 1950 e 1960 assistiram o embate de dois modelos de saúde coletiva, denominados

²⁹ HAMILTON, Wanda. IBID. p.14.



campanhismo sanitário e o *sanitarismo desenvolvimentista*³⁰, polaridade discursiva que na prática, como observou Gilberto Hochman, não condiz com a realidade prática dos interesses econômicos, políticos e ideológicos inerentes aos diferentes governos da época. O próprio episódio do “Massacre de Manguinhos” acabava por reforçar tal assertiva destacada por Hochman, já que apesar de o nacionalismo desenvolvimentista ser visto como o modelo de saúde adotado pelo regime militar, a análise dos dados de produção de vacinas no IOC e do discurso de combate vertical às doenças pregado pela ESG demonstra também a influência do *campanhismo sanitário* nas políticas daquele governo.

Algumas ações governamentais como a criação do Projeto Rondon, em 1966, são fatores que influenciaram a ditadura civil-militar a favorecer desenvolvimento tecnológico aplicado em instituições de saúde como o IOC. O projeto consistia na concessão de bolsas e deslocamento de estudantes da região sudeste para o norte do país, sobretudo para os estados do Acre, Roraima e Amazonas, tendo a preferência de estudantes de medicina e engenharia devido à escassez e essencialidade de suas profissões nas áreas limítrofes. Progressivamente foi ampliado o número de áreas de interesse participantes do projeto, sendo agregados após a veterinária, as geociências e a agronomia.

Na área da medicina a principal missão dos estudantes era entrar em contato com as populações carentes locais, oferecendo-lhe primeiros-socorros, dicas de higiene e imunização

30 Acerca de tais correntes, considerou Hochman: “a ideia-força do 'sanitarismo desenvolvimentista' era a de que a saúde da população dependeria fundamentalmente do grau de desenvolvimento do país e, conseqüentemente, só teriam impacto as ações sanitárias que fossem integradas a um projeto nacional de desenvolvimento. Nessa concepção, o desenvolvimento econômico supostamente geraria a melhoria das condições de saúde da população. A ênfase estaria também na integração de serviços e na descentralização. Isso se contrapunha ao 'campanhismo', que enfatizaria de modo geral intervenções sanitárias centralizadas, verticais, tecnologicamente orientadas para e focadas na resolução de problemas sanitários específicos e separados dos processos de mudança social e ambiental. Nessa perspectiva, mudanças nas condições sanitárias poderiam ajudar a romper os obstáculos ao desenvolvimento. Essa visão, que remonta ao início do século e que teve nas ações sanitárias da Fundação Rockefeller sua expressão máxima, tornou-se hegemônica no pós-Segunda Guerra Mundial e foi classificada por Packard e Brown (1997) como "concepção biomédica restrita" da saúde. (...) Uma análise do programa de governo do candidato Kubitschek indica que essa polarização é artificial pelo menos até o final dos anos 50 e foi construída contemporaneamente por uma bibliografia que, oriunda do campo da saúde coletiva, o fez à luz da reforma sanitária brasileira dos anos 80. Essas análises foram frutos da necessidade de se contrapor de modo enfático aos modelos de saúde estabelecidos desde o primeiro governo Vargas e aos rumos da política de saúde e assistência médica depois do golpe civil-militar de março de 1964, e acabaram sendo reproduzidas acriticamente. É preciso reconhecer que, de fato, essa polarização ocorreu, pelo menos do ponto de vista das ideias e não necessariamente afetaram as políticas públicas efetivas do setor, no período que imediatamente precedeu o regime militar, em um ambiente político e social instável e radicalizado. IN: HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009, p. 316.

contra doenças epidêmicas, fato que possivelmente influenciou no aumento da demanda de medicamentos pelo governo militar. O sucesso da empreitada aumentou o interesse dos jovens em participar do Projeto Rondon II, tendo o número de inscritos alcançado a marca de 20 mil no ano de 1967. Devido ao crescimento da procura, em 1970 os militares acabaram por criar a Fundação Projeto Rondon, chegando esta a ter quase seiscentos funcionários e mobilizando mais de 50 mil estudantes por ano em seu ápice. “No ano de 1973 já estavam em funcionamento dezesseis campi avançados no âmbito das atividades do Projeto Rondon, número que ascendeu para 22 em 1977”³¹, fatores que demonstram que a produção de soros e vacinas em maiores escalas era interesse estratégico da ditadura civil-militar que só tendeu a crescer a partir de 1964.

IV. Conclusão

Os fatores acima elencados justificam o aumento da demanda por medicamentos por parte dos governos militares, sendo o Instituto Oswaldo Cruz utilizado como instrumento técnico para os objetivos políticos, econômicos e sanitários do regime a partir de 1964. Desta forma, apesar de concordarmos com a perspectiva de Hamilton acerca da importância do Ministério da Saúde em tal processo, cremos que o “Massacre de Manguinhos” teve sua ligação com a conjuntura de poder criada a partir do golpe civil-militar, tendo a produção farmacológica e imunobiológica ganhado espaço no cenário nacional devido a interesses de ordem interna e externa. É importante destacar que a atuação e ascensão profissional Francisco Rocha Lagoa não perdeu fôlego apesar dos influxos políticos no bloco de poder no Brasil, fato que tende a denotar a manutenção dos interesses estratégicos do IOC para a cúpula militar. Nomeado por Castello Branco para a diretoria do instituto, Lagoa permaneceu no cargo durante todo o governo Costa e Silva e com a ascensão de Médici acabou por assumir o ministério da Saúde em 1969, deixando com sua história uma interessante perspectiva para se analisar como eram as figuras e perfis de civis que se destacavam para a cúpula militar ao longo do regime.

Por fim, é necessário se fazer algumas considerações acerca do processo a fim de que sejam clarificados os embasamentos e concepções analíticas que guiam o presente estudo.

³¹ Idem. p.93

Como pilares para o entendimento do golpe civil-militar de 1964 este trabalho utilizou as contribuições de René Dreifuss³², Maria Helena Moreira Alves, Alfred Stepan e João Roberto Martins Filho³³ acerca da heterogeneidade dos grupos civis e militares que tomaram o poder no Brasil com a derrubada de João Goulart. Dreifuss em sua obra faz uma análise detalhada da composição dos núcleos econômicos e midiáticos que se uniram contra o governo do então presidente, demonstrando os múltiplos interesses e associações das elites civis opositoras à “Jango” no período. Já os demais autores em suas respectivas obras puderam contribuir para a compreensão da importância das principais vertentes e interesses políticos entre as correntes militares, esclarecendo assim algumas das motivações para os influxos políticos ocorridos ao longo da ditadura civil-militar entre 1964 e 1985.

Ao pensamento dos referidos autores atrelamos os apontamentos teóricos sobre Estado e políticas públicas deixados por Marx em *O Capital*, denominados posterior na literatura marxista como *Teoria do Domínio de Classe*. Uma das tendências mais debatidas da obra Marx, tal análise considera o Estado e as políticas públicas em países capitalistas não como fruto somente da relação entre poder político e demandas setoriais da sociedade, sendo a intervenção planejada em áreas de interesse estratégico uma tradicional ferramenta utilizada pelos governos para representar e expandir a influência de sua classe capitalista. Sendo assim as políticas públicas de incentivo ao desenvolvimento econômico, científico e sanitário podem ser encaradas não apenas como ações que se destinam melhorar a qualidade de vida da população, mas também como mecanismos de mobilização de recursos humanos e tributários necessário para assegurar a fluidez dos investimentos e a expansão material da classe dominante.

Portanto, a partir de tais contribuições é possível se concluir que o referido “Massacre de Manguinhos” deve ser considerado não apenas como um evento ocorrido no Instituto Oswaldo Cruz, mas como um processo histórico entre 1964 e 1970 ocasionado não apenas por questões ligadas ao âmbito interno do órgão, mas sim pela manutenção ou transformação de uma concepção de ciência e saúde após o golpe civil-militar. A vitória de um modelo

³² DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

³³ MARTINS FILHO, J R. *O palácio e a caserna*. São Carlos, Ed. UFSCAR, 1994.



produtivista e voltado à preparação soroterápica no IOC demarca também o sucesso do projeto de um conjunto de cientistas que viam nestes campos a saída para o desenvolvimento da saúde no país. O esvaziamento da ciência básica no IOC pode explicada pela impossibilidade de continuidade dos investimentos em tal setor devido aos novos objetivos econômicos, políticos e sanitários inerentes ao regime civil-militar. Todos os fatos apresentados demonstram a necessidade de se prosseguir a revisita do Massacre de Manguinhos, episódio ainda hoje desconhecido, mas de considerável relevância para se compreender as transformações da ciência e da saúde brasileiras no anos de chumbo.

BIBLIOGRAFIA

ALVES, Maria Helena M. *Estado e Oposição no Brasil (1964-1984)*. Tradução de Clóvis Marques. ed. Petrópolis, Vozes, 1984.

BENCHIMOL, Jaime Larry. *Manguinhos do sonho à vida: A ciência na belle époque*. Rio de Janeiro, Fiocruz/COC, 1990.

_____ & SILVA, A.F.C. *Ferrovias, doenças e medicina tropical no Brasil da Primeira República*. História, Ciências e Saúde – Manguinhos, Vol. 15, Rio de Janeiro, julho-setembro de 2008.

CAMPOS, Pedro H.P. *“Estranhas Catedrais”*: *As empreiteiras brasileiras e a ditadura civil-militar, 1964-1988*. Niterói: EdUFF, 2015.

DREIFUSS, René A. *1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe*. Petrópolis: Vozes, 1981.

HAMILTON, Wanda. *Massacre de Manguinhos: Crônica de uma morte anunciada*. Rio de Janeiro: Cadernos da Casa de Oswaldo Cruz. Nº1, Vol.1, Novembro de 1989.

HOCHMAN, Gilberto. “O Brasil não é só doença”: o programa de saúde pública de Juscelino Kubitschek. História, Ciências, Saúde – Manguinhos, Rio de Janeiro, v.16, supl.1, jul. 2009

IANNI, Octavio. *A Ditadura do Grande Capital*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.



LENT, Herman. *O Massacre de Manguinhos*. Rio de Janeiro, Avenir Editora, 1978.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. *Manual básico da Escola Superior de Guerra*. Estado-Maior das Forças Armadas, Departamento de Altos Estudos, 1976.

MARTINS FILHO, João R. O palácio e a caserna. São Carlos, Ed. UFSCAR, 1994.

MOTTA, Rodrigo P. Sá. *As universidades e o regime militar: cultura política brasileira e modernização autoritária*. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

RODRIGUEZ, Octavio. *O estruturalismo latino-americano*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

STEPAN, Alfred. *Os militares na Política*. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

Fontes

- Verbete biográfico acerca da Vida de Francisco de Paula Rocha Lagoa. Disponível em <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/rocha-de-paula-rocha-lagoa>. Acessado em 03/08/2017

LAGOA, Francisco .P.R. *Estudar as doenças de massa no Brasil e, em face dos interesses da Segurança Nacional, sugerir medidas apropriadas para o seu combate*. Monografia apresentada para a conclusão do Curso Superior de Guerra. Rio de Janeiro, Estado-Maior das Forças Armadas, Escola Superior de Guerra, 1963. Identificação do documento: SG-0001284-5.

LAGOA, Francisco .P.R. *Uma estratégia para a saúde no Brasil*. Brasília, Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, 1972. 33 p. (Ciclo de Conferências sobre Segurança Nacional e Desenvolvimento).